BONSUCESSO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 28.650.236/0001-92

Avenida Raja Gabaglia, 1143 -16º andar - Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte - MG - Tel: (31) 3078-8751

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e clientes,
Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (DTVM), do período de 07 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
A DTVM foi constituída em 07 de junho de 2017 com o controle societário de 99,90% do Banco BS2 S.A. com objetivo de ampliar sua base de clientes e o portfólio de produtos de câmbio e investimentos que se consolidará com o lançamento da plataforma digital ainda no primeiro semestre de 2018.
O Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou o início das operações da DTVM em 07 de dezembro de 2017. Em fevereiro/18 o BACEN autorizou a alteração da denominação social da instituição para BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Atuando no mercado de distribuição de investimentos, a DTVM possibilitará maior diversificação das carteiras de seus clientes e consequente diluição de seus riscos, tanto para grandes fortunas, quanto para investidores com menor capacidade de alocação. A DTVM atuará também como custodiante de valores mobiliários.
A entrada no mercado de varejo de câmbio visa ampliar a atuação em um segmento até então não explorado e a diversificar as receitas neste mercado, no qual o Banco BS2 vem atuando de forma crescente no segmento de atacado. Essa atuação direcionada trará mais possibilidades de negócios para a DTVM, auxiliando na atração de clientes e diversificando suas fontes de receitas.
Os objetivos estratégicos da DTVM neste contexto são os seguintes:
· Simplificar o processo de diversificação de portfólio dos clientes através do cadastro único e da possibilidade de operação por conta e ordem;
· Expandir de forma significativa a oferta de produtos, especialmente em carteiras de renda fixa, fundos de investimentos, ações, emissões primarias (CRA, CRI, Debêntures, etc.);
· Viabilizar ao cliente o acesso a produtos sofisticados com boletas menores que as exigidas como "aplicação inicial" em cada um dos produtos isoladamente;
· Alcançar mais um nível na cadeia de comercialização de moedas estrangeiras em espécie e cartões pré-pagos, aumentando a sinergia do conglomerado prudencial;
· Aumentar as possibilidades de diversificação de receita e aumento de lucratividade sem dependência de capital intensivo.
Dado que a DTVM iniciou suas operações em meados de dezembro/17, os números não permitem uma análise contextualizada em relação às projeções de resultado apresentadas nos planos de negócios entregues ao BACEN. Esta análise será realizada a partir das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2018.

A Diretoria

Belo Horizonte, 19 de março de 2018.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2017
ATIVO		
CIRCULANTE		**4.693**
DISPONIBILIDADES	3	4.187
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4	493
Carteira própria		493
OUTROS CRÉDITOS		12
Diversos	5	12
OUTROS VALORES E BENS		1
Despesas antecipadas		1
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**175**
OUTROS CRÉDITOS		175
Diversos	5	175
PERMANENTE		**34**
INTANGÍVEL		34
Ativos intangíveis	2(e)	34
TOTAL DO ATIVO		**4.902**

	Nota	2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		**165**
OUTRAS OBRIGAÇÕES		165
Fiscais e previdenciárias	6(a)	43
Diversas	6(b)	122
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.737**
Capital de domiciliados no país	7(a)	5.000
Prejuízos acumulados		(263)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.902**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital em 27/09/2017	5.000		5.000
Prejuízo do período		(263)	(263)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**5.000**	**(263)**	**4.737**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Período de 07 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**64**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		43
Resultado de operações de câmbio		21
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**64**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(502)**
Despesas de pessoal	9	(178)
Outras despesas administrativas	10	(321)
Despesas tributárias		(3)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**(438)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**175**
Ativo fiscal diferido	8(c)	175
PREJUÍZO DO PERÍODO		**(263)**
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$		**(52,60)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa
Período de 07 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Prejuízo do período	**(263)**
Ajustes ao lucro líquido	**(196)**
Variação cambial	(21)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(175)
Lucro líquido ajustado	**(459)**
Variações no capital circulante	
Títulos e valores mobiliários	(493)
Outros créditos	(12)
Outros valores e bens	(1)
Outras obrigações	165
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(800)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de intangível	(34)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(34)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital	5.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**5.000**
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**4.166**
Caixa e equivalentes de caixa em 07 de junho de 2017	
Ganhos cambiais sobre caixa	21
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 3)	4.187
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**4.166**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Bonsucesso DTVM"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, controlada direta do Banco BS2 S.A. e sua atuação é focada em assessoria e distribuição de investimentos e soluções de câmbio para varejo. No âmbito de investimentos, a DTVM atua na distribuição de títulos de renda fixa e fundos de investimento, além de intermediar operações no mercado de renda variável para clientes do varejo de alta renda. No câmbio, realiza a compra e venda de moedas estrangerias em espécies, através de correspondentes cambiais.
A Bonsucesso DTVM foi constituída em 07 de junho de 2017 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 07 de dezembro de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Bonsucesso DTVM revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.
As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria Executiva da Bonsucesso DTVM em 19 de março de 2018.
(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social, diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.
(b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pela Bonsucesso DTVM para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
(c) Títulos e valores mobiliários
De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
(i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.
(ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
(iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.
Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
(d) Demais ativos circulantes e não circulantes
Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.
(e) Permanente
Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por softwares adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil.
(f) Valor de recuperação dos ativos não financeiros
Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "*impairment*" no resultado do exercício.
(g) Passivos circulantes e não circulantes
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.
(h) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015, e 20% a partir de setembro de 2015, permanecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei 13.169/15.
O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 15%.
(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
• Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

3 Caixa e equivalentes de caixa
O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

Descrição	2017
Disponibilidade em moeda nacional	416
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.771
Total	**4.187**

4 Títulos e valores mobiliários
Em 31 de dezembro de 2017, a Bonsucesso DTVM possuía R$ 493 em CDBs – Certificados de Depósitos Bancários do Banco BS2 S.A. classificados como "títulos para negociação".

5 Outros créditos - Diversos

	2017
Créditos tributários - Nota 8(a)	175
Impostos e contribuições a compensar	9
Diversos	3
Total	**187**
Circulante	**12**
Realizável a longo prazo	**175**

6 Outras obrigações
(a) Fiscais e previdenciárias
Refere-se, a IRRF, PIS, COFINS e ISSQN retidos de serviços de terceiros, ao IRRF e contribuição do INSS e FGTS sobre salários, IOF a recolher sobre operações de câmbio e às provisões para PIS e COFINS.
(b) Diversas

	2017
Provisão de despesas com pessoal	16
Valores a pagar a sociedades ligadas	70
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	36
Total - Circulante	**122**

7 Patrimônio líquido
(a) Capital social
O capital subscrito e integralizado está representado por 5.000.000 ações, sendo 3.500.000 ações ordinárias e 1.500.000 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.
(b) Reservas de lucros
Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.
Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.
(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

8 Imposto de renda e contribuição social
(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os saldos dos créditos tributários (Nota 5) foram constituídos por prejuízo fiscal de IR e base negativa de CSLL apurados no período conforme estabelecido na nota 2(h).
(b) Período estimado de realização
Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06 do BACEN. Os créditos tributários são relacionados a prejuízo fiscal e base negativa e serão recuperados, segundo a expectativa da administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações. A recuperação provável dos créditos tributários ocorrerá entre os exercícios de 2019 e 2020.
(c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

2017	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(438)	(438)
Base de cálculo	**(438)**	**(438)**
Alíquota Efetiva	(66)	(66)
Alíquota Adicional	(43)	
Créditos com imposto de renda e contribuição social	**(109)**	**(66)**

9 Despesa de pessoal

	2017
Benefícios	7
Encargos Sociais	43
Proventos	128
Total	**178**

10 Outras despesas administrativas

	2017
Prestação de serviços	257
Processamento de dados	2
Aluguel	36
Manutenção e conservação de bens	2
Outros	24
Total	**321**

11 Partes relacionadas
(a) Transações com partes relacionadas
Os principais saldos e operações mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Banco BS2 S.A.
Em 31/12/2017	
Ativos (Passivos)	
Disponibilidades	14
Títulos e valores mobiliários	493
Outros créditos - Diversos	1
Outras obrigações - Diversas	(70)
Receitas (Despesas)	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	43

(b)Remuneração do pessoal chave da administração
A Bonsucesso DTVM não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego ou de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.
Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

12 Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros da Instituição encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.
A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades, mantendo dentro de limites considerados aceitáveis a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.
Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.
A Instituição não contratou operações com derivativos financeiros durante o período de 07 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017 ou qualquer outro ativo de risco.

13 Gerenciamento de risco
A gestão de riscos financeiros do Conglomerado BS2 reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A área de gestão de riscos financeiros está subordinada a um Diretor Estatutário e é centralizada no seu Controlador, Banco BS2 S.A..

DIRETORIA
Juliana Braga Pentagna Guimarães
Diretora Presidente
Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Diretor Vice-Presidente
Gabriel Pentagna Guimarães
Diretor Vice-Presidente
Francisco Ferreira Neto
Diretor Executivo

CONTROLADORIA
José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 07 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonsucesso Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 07 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

Continua Pág.01/02

BONSUCESSO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 28.650.236/0001-92

Avenida Raja Gabaglia, 1143 -16º andar - Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte - MG - Tel: (31) 3078-8751

...continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da DTVM é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

•Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DTVM

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Carlos Augusto da Silva
Auditores Independentes
Contador CRC: 1SP197007/O-2
CRC 2SP000160/O-5

Pág.02/02

FORTALEZA DE SANTA TERESINHA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 03.205.629/0001-66

Balanço Patrimonial Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 - (Valores Expressos em reais)

		31.12.2016	31.12.2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e Bancos/Aplicações Financeiras	b	411.006	237.719
Clientes	c	8.783	4.954
Prestamistas Loteamento Bairro Vitória	d	3.787.739	3.500.560
Cheques a Apresentar	e	1.462	1.462
Impostos a Recuperar	f	1.912	-
Imóveis para Comercialização	e	18.564.482	18.632.079
Adiantamento a Fornecedores	f	7.194.609	6.665.500
Total do Ativo Circulante		**29.969.994**	**29.042.273**
Não Circulante			
Creditos e Valores	g	2.294.483	1.496.382
Prestamistas Loteamento	g	9.316.120	13.013.098
Participações em Outras Empresas	h	63.507.325	41.963.157
Correntistas Devedores	h	-	340.000
Emprestimos a Coligadas	h	-	2.008.732
Imobilizado	h	73.091.115	76.252.188
Total Não Circulante		**148.209.044**	**135.073.557**
Total do Ativo		**178.179.037**	**164.115.831**
Passivo		**31.12.2016**	**31.12.2015**
Circulante			
Fornecedores	i	28.103	317.015
Obrigações com Pessoal	j	-	-
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	k	129.239	49.691
Obrigações Fiscais e Tributárias	l	46.492	234.684
Adiantamento de Clientes	m	-	-
Correntistas Credores	n	-	-
Outras Contas a Pagar		-	-
Total do Passivo Circulante		**203.834**	**601.390**
Não Circulante			
Emprestimos e Financiamentos	o	-	4.875.125
Correntistas Credores	o	-	884.594
Vendas Contrato Incorporação Imobiliária	o	17.496.339	21.137.914
Tributos Obrigações Previdenciarias a Recolher	o	862.110	1.080.185
Total do Passivo Não Circulante		**18.358.448**	**27.977.819**
Patrimônio líquido			
Capital social	p	108.928.780	108.928.780
Reserva Legal	q	-	-
Reserva de Contigencias	s	-	-
Reserva de Lucros	r	50.687.974	26.607.842
Ajustes Exercicios Anteriores	t	-	-
Resultado do Exercício			
Total do Patrimônio Líquido		**159.616.754**	**135.536.622**
Total do Passivo		**178.179.037**	**164.115.831**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Reserva Contigencias	Ajuste de Exercícios Anteriores	Lucro no Período	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	108.928.780	-	26.607.842	-	-	-	135.536.622
Reserva Legal	-	-	-	-			-
Reservas de Lucros	-	-	24.080.132	-			24.080.132
Reserva para Contigencias	-	-	-	-			-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-		-
Lucro no Período	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-		-	-
Destinação Lucro - Reservas			-	-		-	-
Saldos Balanço em 31 de Dezembro de 2016	108.928.780	-	50.687.974	-	-	-	159.616.754

Demonstrações de Resultados Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 - (Valores Expressos em reais)

Receita	31.12.2016	31.12.2015
Receitas Comerciais	5.538.101	8.301.414
(-) Deduções da Receita Bruta	(200.317)	(340.694)
Receita Líquida	**5.337.784**	**7.960.720**
Custo das Mercadorias vendidas/Serviços prestados	-	-
Lucro bruto das Atividades	**5.337.784**	**7.960.720**
Receita/Despesas Operacionais		
Outras Receitas Operacionais	23.460.102	899.927
Despesas Administrativas	(4.248.536)	(3.732.103)
Lucro Operacional	**24.549.350**	**5.128.544**
Resultado Financeiro Líquido	216.227	296.244
Despesas Tributárias	(276.816)	(203.168)
Resultado antes dos impostos	**24.488.761**	**5.221.621**
Imposto de renda e contribuição social	(408.629)	(725.357)
Resultado do exercício	**24.080.132**	**4.496.264**

Demonstração do Fluxo de Caixa Em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 - (Valores Expressos em reais)

Atividades Operacionais	
Lucro Liquido do Exercício	**24.080.132**
Depreciação e Amortização	3.180.913
Ganho com Variação Cambial Passiva	-
(=) Resultado ajustado	**27.261.045**
Contas a receber de clientes	(3.829)
Estoques	(287.179)
Impostos a recuperar	(1.912)
Depósitos judiciais	-
Demais contas a receber	(16.758.072)
(=) Redução (aumento) nas contas de ativos	**(17.050.992)**
Fornecedores	(288.912)
Obrigações Fiscais e Tributarias	(188.192)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciarias	79.548
Salários e encargos sociais	-
Parcelamento de débitos - Refis	(218.076)
Outras contas a pagar	(4.526.169)
Dividendos	-
Adiantamento Clientes	-
(=) Aumento (Redução) nas contas de passivos	**(5.141.800)**
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	**5.068.252**
Atividades de Investimento	
Redução do ativo imobilizado	(19.840)
Redução de Investimentos	-
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimento	**(19.840)**
Atividades de Financiamento	
Emprestimos CP	-
Emprestimos LP	(4.875.125)
Variação Cambial	-
Ajuste de Exercicios Anteriores	-
Redução do Saldo de Ajustes de Elementos do Ativo	-
Distribuição de Dividendos	-
Aumento de dividendos	
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento	**(4.875.125)**
Redução Líquida de Caixa e Aplicações Financeiras	**173.287**
DEMONSTRAÇÃO DO REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	
No início do período	237.719
No fim do período	411.006
Redução Líquida de Caixa	**173.287**

Notas Explicativas a Demonstração Financeira 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

1 - Contexto Operacional: Fortaleza de Santa Teresinha Empreendimentos e Participações S/A, é uma companhia de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Rua Dos Timbiras, nº 404 - municipio de Belo Horizonte (MG). A Companhia tem como atividades preponderantes aquelas relacionadas à Compra e venda de imóveis próprios; Loteamento; Indústria da construção civil nas especialidades de edificações, terraplenagem, pavimentação, obras de arte, etc; Extração e comércio de areia para construção civil; Administração e locação de imovéis próprios e de terceiros; Criação de bovinos para corte; Extração de madeira em florestas plantadas; e Produção de carvão vegetal. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras -** As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis brasileiras, os pronunciamentos emitos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB). Os valores apresentados nas Demonstrações financeiras estão expressos em reais (R$) e o critério de custeio utilizado para elaboração das Demonstrações é o custo histórico. **3 - Principais Práticas Contábeis - a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras -** As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em reais (R$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado. **b) Caixas e Equivalentes de Caixa** - Os Caixas e Equivalentes de Caixa é composto pelas contas de caixa e Bancos, cujo valores são de líquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Banco do Brasil	410.782	237.495
Banco Indusval	224	224
Caixa	-	-
Total	**411.006**	**237.719**

c) Contas a receber de Clientes - O contas a receber de clientes são registrados pelo valor nominal dos titulos e é composta pelos Clientes Diversos, Cheques Devolvidos, Ativo Cobrança e Negócios Ltda e Prestamistas.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Clientes	3.505.514	3.796.522
Total	**3.505.514**	**3.796.522**

d) Imovéis para Comercialização - Os valores de Imovéis para Comercialização referem-se a valores a de imovéis objeto de venda pertencentes a companhia; os valores expressos no ativo circulante, serão recebidos no curto prazo. Estão demonstrados pelos valores históricos, observando o regime de competência. Os valores demonstrados são os valores relevantes.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Imovéis para Comercialização	18.564.482	18.632.079
Total	**18.564.482**	**18.632.079**

e) Adiantamento a Fornecedores, Cheques a apresentar e Imposto a recuperar - O adiantamento a fornecedores, imposto a recuperar e cheques a apresentar, estão demonstrados pelos valores históricos, observando o regime de competência.Os valores demonstrados são os valores relevantes.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Adiantamento a Fornecedores,imposto a recuperar e cheques a apresentar	7.197.983	6.666.962
Total	**7.197.983**	**6.666.962**

f) Outros Créditos - composta de Creditos com Terceiros, Emprestimos, Impostos à recuperar, e Prestamistas a Longo Prazo. Os valores demonstrados são os valores relevantes.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Creditos e valores	2.294.483	1.496.382
Emprestimos a coligadas	-	2.008.732
Prestamistas Loteamento Bairro Jardim Vitória LP	9.316.120	13.013.098
Correntistas Devedores	-	340.000
Total	**11.610.603**	**16.858.212**

g) Investimentos - Os valores de Investimento se refere a participaçao na empresa Fortaleza de Santa Teresinha Empreendimentos e Participações S.A.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Participação em Outras Sociedades	63.507.325	41.963.157
Total	**63.507.325**	**41.963.157**

h) Imobilizado - O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição do bem menos a depreciação. A depreciação é calculada de forma linear, com base na vida útil econômica do bem, conforme sugere a legislação. Os ganhos e perdas provinientes da venda dos bens do ativo imobilizado são calculados pelo valor de venda deduzido do seu valor residual contabil.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Imobilizado	7.309.115	76.252.188
Total	**7.309.115**	**76.252.188**

i) Fornecedores de Curto Prazo - Referem-se a debitos com fornecedores nacionais referente aquisição de mercadorias e serviços.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Fornecedores	28.103	317.015
Total	**28.103**	**317.015**

j) Obrigação com Pessoal - Valores devidos referente distribuição de dividendos efetuados aos acionistas conforme determina a Lei.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Distribuição de dividendos	-	-
Total	-	-

k) Obrigação Trabalhista e Previdenciaria - Refere-se a provisão trabalhistas de férias e encargos sociais.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Provisão trabalhistas	129.239	49.691
Total	**129.239**	**49.691**

l) - Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Refere-se Impostos e taxas referentes às operações da empresa a serem liquidadas nos meses subsequentes.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Obrigações Tributarias a Recolher	46.492	234.684
Total	**46.492**	**234.684**

m) - Vendas Contrato Incorporação Imobiliária - Valor decorrente de venda de lotes prestamistas.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Vendas Contrato Incorporação Imobiliaria	17.496.339	21.137.914
Total	**17.496.339**	**21.137.914**

n) - Correntistas Credores e Emprestimos - Os valores de Correntistas Credores referem-se a valores devidos por empresas pertencentes ao grupo ARG. Valores devidos a acionistas. Estão demonstrados pelos valores históricos, observando o regime de competência.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Correntistas Credores	-	884.594
A.R.G. Construtora Ltda/ Construtora Bloco Ltda	-	4.875.125
Total	**-**	**5.759.719**

o) Recuperação Fiscal de débitos tributários federais (REFIS) - Valor constituído relativo à REFIS da Copa realizado no ano 2014, que é recolhido mensalmente. O valor do saldo remanescente é atualizado mensalmente de acordo com a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, determinada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil .

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
REFIS DA COPA - Refinanciamento fiscal de débitos tributários federais	862.110	1.080.185
Total	**862.110**	**1.080.185**

p) Capital Social - O Capital Social da companhia está totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional corrente, dividido em 5.446.439 ações ordinárias normativas sem valor nominal, totalizando um montante de R$108.928.780,00 (cento e oito milhões, novecentos e vinte e oito mil, setecentos e oitenta reais).

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Capital Social	108.928.780	108.928.780
Total	**108.928.780**	**108.928.780**

q) Reserva Legal - As Reservas foram Constituidas no percentual de 20% sobre o capital social, seguindo os padrões determinados pelo artigo 193 da Lei 6.404/76.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Reserva Legal	-	-
Total	**-**	**-**

r) Reserva de Lucros - A Reserva de Lucro refere-se a destinação do lucro apurado no exercicio depois de constituido as reservas dispostas no estatuto.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Reservas de Lucros	50.687.974	26.607.842
Total	**50.687.974**	**26.607.842**

s) Reservas de Contigencias - As Reservas para Contigencias foram constituidas no percentual de 1% do lucro apurado no exercicio e tem por finalidade compensar em exercicio futuro perdas decorrente de processos judiciais.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Reservas de Contigencias	-	-
Total	**-**	**-**

t) Ajuste de Exercicios Anteriores - Utilizou-se de ajuste de exercícios anteriores para melhor contabilização e adequação dos saldos de resultados passados considerados perdas para a empresa.

	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Ajuste de Exercicio Anteriores	-	-
Total	**-**	**-**

Belo Horizonte, 31 de Dezembro de 2016

EULER MIRANDA DA COSTA	DANIEL FERNANDES FONTES
DIRETOR	CONTADOR CRCMG 039.943
CPF Nº 232.974.766-72	CPF Nº 270.109.616-20

66 cm -20 1074506 - 1

---

156 cm -20 1074307 - 1

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO: 00004/2018. PREGÃO PRESENCIAL Nº00004/2018. A autoridade competente, no uso de suas atribuições legais, especialmente nos termos da Portaria nº 0005/2017-Fundação Hospitalar de Janaúba, em consonância com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, resolve: HOMOLOGAR o procedimento licitatório, do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº00004/2018 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA, tipo "Menor preço por item", cujo objeto trata de registro de preços para eventual aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares para Fundação Hospitalar de Janaúba, sendo vencedoras as empresas: Disfarmoc Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda., CNPJ: 10.463.662/0001-51, para os itens: 2,6,7,11,12,14,21,24,28,36,37, 38,39,40,44,47,48,49,50,51,52,53,54,55,62,66,68,72,76,79,82,84,85,89,91,99,103,114,115,117,119,120,121,122,124,125,128,129,130,131,134,135,136,137,145,146,148,151,152,153,155,156,178,181,182,183,185,186,187,188,189; Equipar Médico e Hospitalar Ltda., CNPJ 25.725.813/0001-70, para os itens 13,20,30,31,32,33,34,35,42,43,56, 58,61,65,67,69,71,77,87,90,95,102,104,105,106,126,127,132,138,139,140,141,143,174,191,193; Difarmig, CNPJ 19.961.036/0001-60 para os itens 9,10,22,23,83,98,175,177; Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.; CNPJ 67.729.178/0002-20, para os itens: 15,17,18,25,57,81,92,94,123,149,150,180; Multifarma, CNPJ: 21.681.325/0001-57 para os itens 4,74,80,118,144, Contexto Comércio de Produtos de Limpeza Ltda.-ME; CNPJ 27.395.744/0001-09; para os itens: 116,176; Acácia Comércio de Medicamentos Ltda.; CNPJ 03.945.035/0001-91; para os itens: 1,3,5,16,26,27,29,63,64,70,75,78, 86,88,93,100,101,107,108,109,110,111,112,113,133,147,154,157, 158,159,160161,162,163,164,165,166,167,168,169,170,171,172,173,179,184,190,192,194. Estando toda a documentação apresentada de acordo com as exigências editalícias. Carla Marise Domingues Cardoso – Presidente da comissão. 19/03/2018.

7 cm -20 1074213 - 1

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS-FEPAM

Reabertura e Retificação do edital Pregão Presencial 01-2018. Fundação Educacional de Patos de Minas-FEPAM, mantenedora do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de materiais de construção às obras do Centro de Convenções e Eventos do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM, mantido pela Fundação Educacional de Patos de Minas-FEPAM, conforme quantidades e especificações contidas no edital e seus anexos e retificação. A Presidente da Comissão Permanente de Licitações, no uso de suas atribuições e, tendo em vista a suspensão "SINE DIE" do certame em epígrafe, vem por intermédio deste, informar aos interessados que a sessão de abertura ocorrerá no dia 04/04/2018, às 13h e 30min na sala do Departamento de Licitações da FEPAM. O edital e sua retificação encontram-se disponíveis no endereço eletrônico licitacao.unipam.edu.br. Informações pelo tel: 34-3823-0349, e-mail: licita@unipam.edu.br. Patos de Minas 20/03/2018. Cyntia M. Santos. Presidente CPL.

4 cm -20 1074177 - 1

ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A

CNPJ/MF nº 17.262.213/0001-94 – NIRE: 3130009183-0
ATO DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2018.

Data, Hora e Local: Aos 05 (cinco) dias do mês de março de 2018, às 10h (dez horas), na sede social da Companhia, na Av. do Contorno, n.º 8.123, Cidade Jardim, em Belo Horizonte – MG, CEP 30110-937. Presenças: Diretor Presidente, Clorivaldo Bisinoto, e o Presidente da Unidade de Construção, Marcelo Marcante. Deliberação: de conformidade com o disposto no § 2º, do artigo 8º do Estatuto Social, resolvem os diretores aprovar o encerramento das atividades do escritório de apoio à Obra (RUS), localizado no Sítio Bananeiras, Zona Rural de Russas – Ceará, CEP 62900-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 17.262.213/0219-49, cuja abertura foi formalizada de conformidade com a Ata da Reunião da Diretoria realizada no dia 11/10/1995, registrada na JUCEMG sob o n.º 1.408.894, em 23/10/1995, e na JUCEC sob o NIRE 2390023522-4. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da qual se lavrou este ato que, lido e aprovado, vai assinada por todos. Assinaturas: Clorivaldo Bisinoto e Marcelo Marcante. Confere com a original lavrada no livro próprio. Clorivaldo Bisinoto – Diretor. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Certifico registro sob o nº 6549008 em 19/03/2018 da Empresa Andrade Gutierrez Engenharia S/A, NIRE 3130009183-0 e protocolo 18/130.732-4 16/03/2018 Marinely de Paula Bomfim, Secretária Geral

5 cm -20 1074435 - 1

HOSPITAL SOCOR S/A –

CNPJ: 17.312.612/0001-12. EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas do HOSPITAL SOCOR S.A. convocados a se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, às 14:00 horas do dia 25/04/2018, em sua sede à Avenida do Contorno nº 10.500, Barro Preto, Belo Horizonte/MG, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, para aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício findo em 31/12/2017. A Diretoria também avisa que os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404 de 15/12/76, estão à disposição dos senhores acionistas para exame no endereço acima. Belo Horizonte 20/03/2018. A DIRETORIA.

3 cm -19 1073618 - 1

UNISSUL SUPERMERCADOS S/A

CNPJ/MF 06.311.489/0001-07 - NIRE 3130001992-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam os senhores acionistas da UNISSUL SUPERMERCADOS S/A convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar na sede da Companhia, na Rua Gaspar Lopes, nº 81, Centro, na cidade de Alfenas/MG, CEP 37.130-153, no dia 28 de março de 2018, às 9:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia na Assembleia Ordinária: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2017; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social de 2017; c) eleger nova diretoria; d) eleger Conselho Fiscal; e na Assembleia Extraordinária: e) aprovação da remodelação do Estatuto Social; e f) consolidação do Estatuto Social. Instruções Gerais: Os acionistas, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, deverão exibir documento hábil de sua identificação, podendo ser representados por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Alfenas, 19 de março de 2018. Carlos Magno de Souza Fonseca - Diretor Presidente.

4 cm -16 1073153 - 1

LÍDER TÁXI AÉREO S/A – AIR BRASIL

CNPJ/MF 17.162.579/0001-91
Aviso aos acionistas

Informamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas da Líder Táxi Aéreo S/A – Air Brasil, na sede social da empresa, situada na Av. Santa Rosa, 123, São Luiz, Belo Horizonte, MG, os documentos referidos no artigo 133, da Lei 6.404, de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 16 de março de 2018. O Conselho de Administração.

2 cm -19 1073548 - 1

HOSPITAL MUNICIPAL SANT'ANA DE CARANDAÍ

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 006/2018. Objeto: o REGISTRO DE PREÇO, na modalidade Ata de Registros de Preços, para a futura e eventual aquisição de gás (GLP) em botijão, a serem utilizados para abastecimento da cozinha do Setor de Nutrição e Dietética – SND da Autarquia Hospital Municipal Sant'Ana de Carandaí. Data de abertura: 06/04/2018. Horário: 09h00mim. O Edital encontra-se a disposição no Hospital. Informações pelo telefone: (32) 3361-1481, ou pelo endereço eletrônico: santanalicita@gmail.com.

Tailinier Maria Mística Pereira – Pregoeira.

3 cm -20 1074519 - 1

CIA. PARAENSE DE EMPREENDIMENTOS

CNPJ: 20.134.177/0001-98

AVISO: Encontram-se à disposição dos Acionistas os Documentos do Art. 133 da Lei das S.A. Assembleia Geral Ordinária. Ficam Convocados os Acionistas para comparecer na sede social sita à Rua Expedicionários, 72, Centro, Pará de Minas às 08:00h de 30/04/2018 para: 1- Apreciarem e votarem as Contas Sociais de 2017; 2 - Eleição da Diretoria para novo Biênio; 3 - Outros assuntos de interesse social. Pará de Minas, 20 de Março de 2018. A Diretoria.

2 cm -20 1074473 - 1